

Global Participações em Energia S.A. e Controladas

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2020 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da
Global Participações em Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Global Participações em Energia S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Global Participações em Energia S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Global Participações em Energia S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

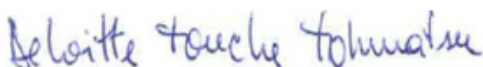
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 30 de março de 2021



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" BA



Paulo Ferreira Silveira
Contador
CRC nº 1 BA 028799/O-3

GLOBAL PARTICIPAÇÕES EM ENERGIA S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019			2020	2019		
CIRCULANTES						CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	5	4	4	181.796	28.724	Fornecedores	16	-	9	39.369	17.658
Depósitos bancários vinculados	6	-	-	16.034	13.804	Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	-	-	167.483	164.155
Contas a receber	7	-	-	111.498	70.724	Obrigações sociais e trabalhistas		-	-	3.672	4.239
Arrendamento mercantil a receber	10	-	-	55.436	53.294	Obrigações tributárias	19	282	2	63.162	10.799
Adiantamentos a fornecedores		-	-	1.787	450	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	21	48.844	31.930	62.955	43.334
Impostos a recuperar	8	22	93	5.779	10.920	Outras contas a pagar		-	-	9.420	10.875
Estoques	9	-	-	64.212	84.892	Total dos passivos circulantes		49.126	31.941	346.061	251.060
Dividendos e juros sobre capital próprio		55.046	56.069	-	-						
Outras contas a receber	12	714	714	12.061	21.710	NÃO CIRCULANTES					
Total dos ativos circulantes		55.786	56.880	448.603	284.518	Fornecedores	16	-	-	55	55
						Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	-	-	184.993	309.788
NÃO CIRCULANTES						Impostos diferidos	11	-	-	24.068	27.644
Depósitos bancários vinculados	6	-	-	-	38.673	Obrigações tributárias	19	-	-	1.801	2.246
Estoques	9	-	-	27.233	9.100	Provisão para risco trabalhista	20	-	-	477	477
Arrendamento mercantil a receber	10	-	-	164.833	201.614	Adiantamento para futuro aumento de capital	17	1.295	3.645	1.295	5.867
Impostos a recuperar	8	-	-	2.295	3.201	Outras contas a pagar		-	-	2.068	15.485
Impostos diferidos	11	-	-	22.160	31.099	Total dos passivos não circulantes		1.295	3.645	214.757	361.562
Depósitos judiciais		-	-	1.573	2.265						
Partes relacionadas	17	-	8.020	32.918	40.630	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Outras contas a receber	12	8.061	8.030	5.046	4.341	Capital social	21	294.000	214.131	294.000	214.131
Adiantamento para futuro aumento de capital	17	583	18.419	-	-	Reservas de lucros		410.570	358.064	409.321	355.793
Investimentos	13	690.561	516.432	-	-	Total do patrimônio líquido atribuível a proprietários da controladora	4	704.570	572.195	703.321	569.924
Imobilizado	14	-	-	769.677	750.873	Participação de acionistas não controladores	4	-	-	220.226	194.414
Intangível	15	-	-	10.027	10.646	Total do patrimônio líquido	4	704.570	572.195	923.547	764.338
Total dos ativos não circulantes		699.205	550.901	1.035.762	1.092.442						
TOTAL DOS ATIVOS		754.991	607.781	1.484.365	1.376.960	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		754.991	607.781	1.484.365	1.376.960

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

GLOBAL PARTICIPAÇÕES EM ENERGIA S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro básico e diluído por ação - em reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	23	-	-	524.571	567.120
CUSTOS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO	24	-	-	(293.296)	(344.650)
LUCRO BRUTO		-	-	231.275	222.470
Resultado de equivalência patrimonial	13 e 24	207.317	109.664	-	-
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Despesas gerais e administrativas	24	(243)	(444)	(47.784)	(35.955)
Honorários dos Administradores	24	-	-	(5.807)	(5.191)
Outras receitas operacionais, líquidas	24	-	-	126.952	521
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>207.074</u>	<u>109.220</u>	<u>304.636</u>	<u>181.845</u>
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	25	8	28	43.308	37.776
Despesas financeiras	25	(453)	(22)	(30.958)	(50.889)
Variação cambial líquida	25	-	-	(1.889)	48
Total		<u>(445)</u>	<u>6</u>	<u>10.461</u>	<u>(13.065)</u>
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>206.629</u>	<u>109.226</u>	<u>315.097</u>	<u>168.780</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Imposto de renda e contribuição social corrente	22	(972)	-	(90.286)	(41.119)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	-	-	(6.115)	(8.656)
Incentivo fiscal do imposto de renda	22	-	-	33.016	26.074
Total		<u>(972)</u>	<u>-</u>	<u>(63.385)</u>	<u>(23.701)</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>205.657</u>	<u>109.226</u>	<u>251.712</u>	<u>145.079</u>
LUCRO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$		9,02	4,79		
Lucro líquido do exercício atribuível a:					
Acionistas controladores				205.657	109.226
Acionistas não controladores				<u>46.055</u>	<u>35.853</u>
				<u>251.712</u>	<u>145.079</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GLOBAL PARTICIPAÇÕES EM ENERGIA S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2020</u>	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	205.657	109.226	251.712	145.079
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>205.657</u>	<u>109.226</u>	<u>251.712</u>	<u>145.079</u>
Lucro líquido do exercício atribuível a:				
Acionistas controladores			205.657	109.226
Acionistas não controladores			<u>46.055</u>	<u>35.853</u>
			<u>251.712</u>	<u>145.079</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GLOBAL PARTICIPAÇÕES EM ENERGIA S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONSOLIDADO)
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	Nota explicativa	Reservas de lucros						Conciliação (Nota explicativa nº 4)	Participação de acionistas não controladores	Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva dos lucros retidos	Dividendos mínimos obrigatórios	Lucro acumulados	Atribuível a proprietários da controladora			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		212.528	25.566	264.764	64.449	-	567.307	(3.159)	197.274	761.422
Resgate de ações preferenciais	21	-	-	-	-	-	-	-	(5.924)	(5.924)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	109.226	109.226	888	34.965	145.079
Aumento de capital	21	1.603	-	-	-	-	1.603	-	-	1.603
Destinação do lucro:										
Reserva legal	21	-	5.461	-	-	(5.461)	-	-	-	-
Dividendos adicionais distribuídos (R\$4,29 por ação)	21	-	-	(15.551)	(64.449)	-	(80.000)	-	(18.307)	(98.307)
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$1,60 por ação)	21	-	-	-	-	(25.941)	(25.941)	-	(10.792)	(36.733)
Juros sobre capital próprio (R\$0,12 por lote de mil ações)	21	-	-	-	-	-	-	-	(2.802)	(2.802)
Reserva de lucros retidos	21	-	-	77.824	-	(77.824)	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		214.131	31.027	327.037	-	-	572.195	(2.271)	194.414	764.338
Aumento de capital	21	79.869	-	(76.224)	-	-	3.645	-	2.222	5.867
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	205.657	205.657	1.022	45.033	251.712
Destinação do lucro:										
Reserva legal	21	-	10.283	-	-	(10.283)	-	-	-	-
Dividendos adicionais distribuídos (R\$1,77 por lote de mil ações)	21	-	-	(28.083)	-	-	(28.083)	-	(12.390)	(40.473)
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$2,40 por ação)	21	-	-	-	-	(48.844)	(48.844)	-	(6.111)	(54.955)
Juros sobre capital próprio (R\$0,13 por lote de mil ações)	21	-	-	-	-	-	-	-	(2.942)	(2.942)
Reserva de lucros retidos	21	-	-	146.530	-	(146.530)	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		294.000	41.310	369.260	-	-	704.570	(1.249)	220.226	923.547

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GLOBAL PARTICIPAÇÕES EM ENERGIA S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício		205.657	109.226	251.712	145.079
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	24	-	-	44.511	45.724
Valor residual na baixa de ativo imobilizado	14	-	-	46.942	1.365
Reclassificação de imobilizado processo judicial		-	-	107	(2.863)
Variação cambial líquida não realizada	25	-	-	1.889	(48)
Encargos financeiros de empréstimos e financiamentos, líquidos do bônus de adimplência	18 e 25	-	-	18.602	38.539
Amortização do custo de captação sobre empréstimos e financiamentos	18 e 25	-	-	10.096	4.238
Rendimento de depósitos bancários vinculados		-	-	(536)	(962)
Atualização monetária do contrato de arrendamento mercantil	25	-	-	(12.149)	(3.653)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	-	-	6.115	8.656
Encargos sobre mútuos	25	-	-	(6.606)	(1.040)
Juros e multas a faturar		-	-	-	(1.296)
Provisão de risco trabalhista		-	-	-	72
Reversão do ajuste a valor presente	10 e 25	-	-	(18.654)	(21.153)
Resultado da Equivalência Patrimonial	13 e 24	(207.317)	(109.664)	-	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber		-	-	(40.320)	79.993
Arrendamento mercantil a receber		-	-	65.442	54.736
Adiantamentos a fornecedores		-	-	(99)	262
Estoques		-	-	2.547	(8.104)
Impostos a recuperar		71	190	(17.823)	(52.358)
Despesas antecipadas e outros		(31)	(2.477)	(1.742)	(8.127)
Depósitos judiciais		-	-	84	(3)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		(9)	9	19.822	(56.213)
Impostos a recolher		282	(702)	89.106	77.393
Impostos de renda e contribuição social pagos		-	-	(13.666)	(11.944)
Obrigações sociais e trabalhistas		-	-	(567)	982
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	18	-	-	(43.619)	(28.878)
Outras contas a pagar		-	-	(5.210)	(3.914)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(1.347)	(3.418)	395.984	256.483
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aquisição de imobilizado e intangível	14 e 15	-	-	(109.265)	(4.870)
Depósitos bancários vinculados		-	-	36.979	8.848
Adiantamento para futuro aumento de capital		15.486	(16.334)	-	(11.784)
Ganhos ou perdas de participação societária		(17.976)	40.987	-	-
Dividendos recebidos		52.185	86.665	-	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento		49.695	111.318	(72.286)	(7.806)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Aumento de capital social	21	3.645	1.603	-	1.603
Resgate de ações		-	-	-	(5.924)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	18	-	-	367.021	153.500
Pagamento de empréstimos e financiamentos	18	-	-	(470.472)	(215.812)
Custo de captação adicionado	18	-	-	(3.095)	(1.343)
Dividendos pagos	21	(60.013)	(109.305)	(78.398)	(143.076)
Pagamento de empréstimo de partes relacionadas		8.020	(197)	14.318	(26.225)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(48.348)	(107.899)	(170.626)	(237.277)
AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		-	1	153.072	11.400
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	4	3	28.724	17.324
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5	4	4	181.796	28.724
AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		-	1	153.072	11.400

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GLOBAL PARTICIPAÇÕES EM ENERGIA S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Global Participações em Energia S.A. (“Companhia” ou “GPE”) é uma sociedade por ações de capital fechado, CNPJ 07.701.564/0001-09, com sede em Salvador - Bahia, constituída em 16 de novembro de 2005, tendo por objeto social a participação no capital de outras sociedades, bem como o exercício de atividades no setor energético em todo o território nacional.

A GPE possui participações societárias diretas nas seguintes empresas em 2020:

- Termoelétrica Potiguar S.A. (“TEP”), sociedade por ações de capital fechado, controlada pela GPE, com sede em Salvador - Bahia, tendo por objeto social a geração e a comercialização de energia elétrica em todo o território nacional, sob a forma de Produtor Independente de Energia Elétrica (“PIE”), bem como a participação em outras empresas que tenham por objeto a geração e comercialização de energia elétrica em todo o território nacional. A TEP possui participação societária majoritária na Companhia Energética Manauara, na Água Limpa Energia S.A. e na Areia Energia S.A.
- A Companhia Energética Candeias (“CEC”) é uma sociedade por ações de capital fechado, CNPJ 10.508.162/0001-99, controlada pela Global Participações em Energia S.A. (“GPE”), constituída em 10 de outubro de 2008, com sede em Candeias, Bahia, tendo por objeto social a geração e a comercialização de energia elétrica em todo o território nacional, bem como a realização de outras atividades que possam ser vinculadas ao seu propósito específico. Implantou as UTEs Global I (148,8 MW) e Global II (148,8 MW), em Candeias, decorrentes do quarto leilão de energia nova, realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Entrou em operação comercial em maio de 2010.
- Companhia Energética Potiguar (“CEP”), sociedade por ações de capital fechado, controlada pela GPE, com sede em Macaíba - Rio Grande do Norte, resultante da cisão parcial da Termoelétrica Potiguar S.A., para implantação das usinas termoelétricas (“UTE”) Potiguar (53,12 MW) e Potiguar III (66,4 MW), decorrente do segundo leilão de energia nova, realizado pela ANEEL.
- São Francisco Energia S.A. (“SFE”), sociedade por ações de capital fechado, controlada em 100% pela GPE, com sede em São Francisco do Conde - Bahia, atualmente não possui atividade operacional, estando em espera para participar de próximo leilão a ser realizado pela ANEEL.
- Camaçari RJ Participações S.A. (“CRJ”), sociedade por ações de capital fechado, controlada em 100% pela GPE, com sede em Salvador - Bahia, atualmente não possui atividade operacional, estando em espera para participar de próximo leilão a ser realizado pela ANEEL.

A GPE possui participações societárias indiretas nas seguintes empresas em 2020:

- Companhia Energética Manauara (“CEM”), sociedade por ações de capital fechado, controlada direta pela TEP e indireta pela Petróleo Brasileiro S.A. (“Petrobras”), com sede em Manaus - Amazonas. A CEM é uma unidade termoeletrica (“UTE”) com 85 MW de potência instalada (cinco unidades geradoras de 17.076 kW), nos termos da Resolução Autorizativa ANEEL nº 608, de 13 de junho de 2006.

A CEM iniciou suas operações em 22 de setembro de 2006. Toda energia gerada é integralmente transferida para a Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. (“Amazonas GT”), anteriormente denominada Amazonas Distribuidora de Energia S.A. (“AME”), conforme contrato firmado originalmente com a Manaus Energia, S.A. em 20 de maio de 2005 com vigência de 20 anos. Findo este prazo a usina será revertida ao patrimônio da Amazonas GT sem nenhuma indenização devida.

Devido às obrigações e direitos estabelecidos no Contrato, a CEM é responsável pela operação e manutenção da usina e a forma de transferência caracteriza-se como arrendamento mercantil financeiro, em conformidade ao pronunciamento técnico CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil e à interpretação técnica ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

- Água Limpa Energia S.A. (“AGL”), sociedade por ações de capital fechado, controlada pela TEP, com sede em Dianópolis - Tocantins é uma pequena central hidrelétrica (“PCH”) no Rio Palmeiras, com 14 MW de potência instalada. Nos termos da Resolução Autorizativa ANEEL nº 422, de 23 de janeiro de 2006, estabeleceu-se como PIE. A PCH Água Limpa entrou em operação comercial em 21 de dezembro de 2010 nos termos do Despacho ANEEL nº 3.968, de 20 de dezembro de 2010.
- Areia Energia S.A. (“ARE”), sociedade por ações de capital fechado, controlada pela TEP, com sede em Dianópolis - Tocantins é uma pequena central hidrelétrica (“PCH”) no Rio Palmeiras, com 11,4 MW de potência instalada, nos termos da Resolução Autorizativa ANEEL nº 421, de 23 de janeiro de 2006, estabeleceu-se como PIE. A PCH Areia entrou em operação comercial em 24 de fevereiro de 2011 nos termos do Despacho ANEEL nº 838, de 24 de fevereiro de 2011.

As vigências das autorizações das PCHs Água Limpa e Areia Energia são de 8 de novembro de 2033 e 21 de janeiro de 2034, respectivamente, podendo ser prorrogadas, a pedido do PIE e a critério da ANEEL. No fim destes prazos, não havendo prorrogação, os bens e as instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos ainda não amortizados no balanço regulatório, ou poderá ser exigido que a autorizada restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas. Para determinação do montante da indenização a ser paga, serão considerados os valores dos investimentos posteriores, aprovados e realizados, não previstos no projeto original, e a depreciação regulatória apurada por auditoria do Poder Concedente, conforme determina o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE da ANEEL.

As PCHs possuem contrato no âmbito da primeira etapa do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia - PROINFA, que tem como objeto a venda da energia contratada às Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, pelo prazo de vinte anos a contar da data planejada da operação comercial, sendo a vigência até 24 de fevereiro de 2031 para Areia e vigência até 30 de outubro de 2030 para Água Limpa, observadas as regras e procedimentos da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, às quais se submetem as partes.

Mecanismo de Realocação de Energia

As Controladas Areia Energia S.A. e Água Limpa Energia S.A. fizeram opção por participar do MRE - Mecanismo de Realocação de Energia, tendo, portanto, compartilhado o risco hidrológico com as demais usinas participantes desse mecanismo. Não obstante, por força de ser inscrita e contratada no âmbito do PROINFA, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela CCEE e repassadas à Eletrobras, que, por sua vez, é responsável por enviar às integrantes do MRE os montantes relativos ao custo (em caso de geração abaixo do contratado) ou receita (caso as empresas gerem energia acima do contratado). As Controladas realizam a contabilização da provisão pela competência e, no fim do ano, o saldo é dividido em 12 parcelas e deduzido ou acrescido na fatura do ano subsequente.

Repactuação de Riscos Hidrológicos

Conforme estabelecido na Medida Provisória nº 688, em dezembro de 2015, o governo sancionou a Lei nº 13.203 que trata da repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica para os agentes participantes do MRE, com efeito iniciando em 2015.

As Controladas aderiram à repactuação do risco hidrológico em 2016, fazendo opção pela transferência integral do risco hidrológico ("SP100") ao Consumidor. Neste produto, o gerador transfere integralmente o risco hidrológico inerente aos contratos regulados mediante pagamento de prêmio de risco de R\$9,50/MWh (data-base de janeiro de 2015 anualmente atualizado pelo IPCA) até o fim dos contratos de venda de energia.

Devido ao fato de que as Controladas aderiram à repactuação em 2016 e os efeitos são retroativos à 2015, houve a contabilização da reversão do custo do "Generation Scaling Factor - GSF" de 2015 e, em contrapartida, a contabilização do custo do prêmio do ano. Para 2016, devido ao não recebimento do cálculo do custo/receita do MRE por parte da Eletrobras, as Controladas contabilizaram uma provisão do saldo com base em estudos de consultoria energética e o montante do prêmio atualizado. Conforme repactuação assinada, a Eletrobras possui o direito de realizar o desconto do custo do MRE original de 2015 (considerando o GSF) nas faturas emitidas posteriormente, mas tal desconto começou a ser efetuado apenas em 2019.

O montante do GSF repactuado líquido do prêmio e considerando as provisões do MRE na data base de 31 de dezembro de 2020 é de R\$902 (R\$1.798 em 2019) para a ARE e R\$410 (R\$1.047 em 2019) para a AGL. As retenções dos valores devidos iniciaram em 2019.

No exercício de 2020, foram reconhecidos nos resultados das Controladas os montantes de R\$999 (R\$853, 2019) para a ARE e R\$1.336 (R\$218 em 2019) para a AGL, referentes ao prêmio do risco hidrológico repactuado, reversão do custo do GSF de 2015 e à provisão do custo do MRE de 2019 e 2018 contabilizados líquidos na rubrica de receita de vendas de energia.

Em virtude do baixo nível dos reservatórios das principais usinas hidrelétricas, bem como limitações na infraestrutura do sistema de transmissão de energia elétrica, as usinas de geração flexível foram despachadas ao longo dos anos de 2019 e 2020. Com isso, as Companhias obtiveram, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, receita bruta de geração variável de R\$39.303 (CEP) e R\$132.996 (CEC), (2019, R\$45.560 da CEP e R\$183.705 da CEC), além da receita bruta fixa pela disponibilidade de usina no valor de R\$62.484 (CEP) e R\$245.535 (CEC), (2019, R\$60.367 da CEP e R\$238.916 da CEC).

Nos exercícios de 2019 e 2020, a geração foi dispersa ao longo do ano, ocorrendo de forma intermitente em intervalos não regulares.

Em 31 de dezembro de 2020, as Controladas apresentaram capital circulante negativo de R\$10.230 (ARE), R\$12.953 (AGL) e R\$91.807 (CEC) (Em 2019, capital circulante negativo de R\$8.985 (ARE), R\$12.520 (AGL) e R\$90.021 (CEC)).

No entanto, a Administração entende que não existe risco de inadimplência, visto que parte substancial dos passivos circulantes se refere às obrigações contraídas com instituições financeiras, decorrentes de empréstimos e financiamentos, estando estas obrigações atualizadas, e reflete as obrigações para os próximos 12 meses, enquanto os ativos circulantes demonstram somente as contas a receber levantadas na data das demonstrações financeiras. A Administração prevê a geração de caixa em montante suficiente para liquidar as obrigações de curto prazo da Controladas.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, que incorporam os dispositivos das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade, e normas da ANEEL, quando aplicáveis. As demonstrações financeiras consolidadas estão também de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS") emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas possuem diferenças de práticas contábeis, demonstradas na nota explicativa nº 4.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Autorização da conclusão das demonstrações financeiras

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão, emissão e divulgação destas demonstrações financeiras em 30 de março de 2021, nas quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem ter efeito sobre as demonstrações financeiras, quando requeridos.

Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas.

Bases de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, bem como de outra forma mencionado.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados das estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

Por esta razão, as estimativas e premissas são revistas periodicamente. A determinação destas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Itens significativos que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste relevante caso estas premissas e estimativas sofram mudanças significativas dentro do próximo exercício financeiro, incluem a avaliação da vida útil do ativo imobilizado, recuperação do valor dos ativos, incluindo os ativos imobilizado, intangível e impostos diferidos, provisões necessárias para riscos, para créditos de liquidação duvidosa, arrendamento mercantil a receber e outras similares. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas anualmente.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis estão descritas a seguir e foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados.

Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas na data da negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado. Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a Companhia mantinha os seguintes instrumentos financeiros classificados como ao custo amortizado.

Custo amortizado

Os instrumentos financeiros incluídos nesse grupo são saldos provenientes de transações comuns como o contas a receber de clientes, depósitos judiciais, fornecedores, empréstimos e financiamentos, caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras mantido pela Companhia. Todos estão registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do período.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensação e intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Caixa e equivalentes de caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com prazo de vencimento de até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Depósitos bancários vinculados

Referem-se a depósitos em garantia, em conexão com os empréstimos e financiamentos da Companhia. São classificados no ativo não circulante e mantidos até o vencimento, e mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros.

Contas a receber

Representadas pelos respectivos valores de realização, podendo incluir, caso seja necessário, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, cujo cálculo é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, conforme método de alocação exigido de acordo com o CPC 48. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável, é constituída com base no histórico de perdas, em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

Arrendamento mercantil a receber

A classificação dos contratos de arrendamento mercantil é realizada no momento da sua contratação. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são registrados como despesa do exercício pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Os arrendamentos nos quais a Companhia retém, substancialmente, os riscos e as recompensas da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Eles são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

No caso da Controlada CEM, o seu parque gerador está contratado para o fornecimento exclusivo de energia elétrica para a Amazonas GT e, no fim do contrato, estes bens serão transferidos à contratante.

O contrato com a Amazonas GT, entre outras condições, representou a transferência de riscos e benefícios relevantes e, portanto, configurou-se como um contrato de arrendamento financeiro. Na contabilização inicial, o valor presente dos fluxos de receita do contrato apurado foi contabilizado como arrendamento mercantil a receber, utilizando-se uma taxa de 8,08% ao ano, que equivale ao custo médio de captação de recursos obtidos pela Controlada em contrapartida do patrimônio líquido.

Nos períodos seguintes, o saldo a receber é ajustado pelos recebimentos das parcelas da contratante e atualizado pela taxa de juros anteriormente aplicada na apuração do seu ajuste a valor presente, reconhecendo a variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M sobre os valores a receber, com base em cláusula contratual. A contrapartida da atualização pelos juros é contabilizada em receita financeira.

Estoques

Estão avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede o seu valor de mercado. São apropriados ao resultado do exercício como custo dos serviços prestados por ocasião do consumo ou obsolescência. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Os investimentos da Companhia e suas controladas, quando for o caso, incluem o ágio identificado na aquisição, líquido de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição, construção ou formação, incluindo encargos financeiros capitalizados, e deduzidos da depreciação acumulada, e, quando aplicável, das perdas de redução ao valor recuperável. A depreciação acumulada é calculada a taxas que levam em conta a vida útil dos bens, conforme definida no MCPSE anexo à Resolução ANEEL nº 474/12, desde que limitada ao prazo de autorização como produtor independente. A vida útil-econômica dos ativos e/ou os métodos de depreciação são revistos anualmente e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo, calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo, são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Intangível

Formado por gastos com direitos de outorga, de uso de software e de direito de passagem, que são amortizados pelo método linear de acordo com o critério mencionado na nota explicativa nº 15 e ágio por rentabilidade futura, o qual não sofre amortização e é testado no mínimo anualmente por redução ao valor recuperável.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

Empréstimos e financiamentos

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, deduzidos dos custos de transação incorridos na captação dos recursos e acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos previstos em contrato.

Os custos de empréstimos e financiamentos compreendem juros e outros encargos incorridos. Quando diretamente relacionados à aquisição, construção ou formação de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos e financiamentos são registrados como despesa no período em que são incorridos.

Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

As despesas de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos correntes e diferidos.

Para as controladas indiretas CEM, CEP e CEC, tributadas com base no lucro real, as alíquotas aplicáveis são de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para CSLL, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Incentivos fiscais Regionais SUDAM/SUDENE - as controladas indiretas CEM, CEP e CEC gozam de benefício fiscal para investimento nas regiões Amazônica e Nordeste para geração de energia, correspondente à redução de 75% do imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração, com vigência para o período de 2017 a 2026 na CEM, com vigência para o período de 2016 a 2025 na CEP e vigência para o período de 2016 a 2025 na CEC. O valor do incentivo é registrado como receita no resultado, durante o período necessário para confrontar com a despesa que o benefício fiscal pretende compensar e, posteriormente, é destinado a reserva de incentivo fiscal no patrimônio líquido.

As controladas indiretas CEM, CEP e CEC fazem uso do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) com base na Lei de Incentivo Fiscal nº 8.313/91 destinando até 4% do imposto devido para este fim. Realizam também, doações aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente destinando até 1% do imposto devido, além de apoio direto a projetos desportivos e para desportivos previamente aprovados pelo Ministério do Esporte (Decreto nº 6.180, de 2007, artigo 1º), destinando até 1% do imposto devido para este fim.

Até o exercício de 2015, as controladas indiretas AGL e ARE eram tributadas com base no lucro real, seguindo as mesmas normas supracitadas aplicáveis às demais, com exceção do benefício fiscal regional e Projetos incentivados. Desde o exercício de 2016 as controladas indiretas AGL e ARE adotaram o lucro presumido como forma de apuração tributária. E seguem as alíquotas para a presunção do lucro são de 8% para base de cálculo do IRPJ e 12% para base de cálculo da CSLL aplicáveis sobre a receita bruta das Controladas; sobre tais bases aplicam-se as alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre a base tributável excedente a R\$240, para IRPJ e 9% sobre a base tributável para CSLL, assim como determina a legislação tributária aplicável a empresas enquadradas no lucro presumido.

Incluem-se na base de cálculo do IRPJ e da CSLL as receitas financeiras incorridas no período; estas não possuem margem para redução de lucro, aplicando-se diretamente as alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre a base tributável excedente a R\$240, para IRPJ e 9% sobre a base tributável para CSLL.

O tributo diferido da CEM é reconhecido com base nas diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Para as controladas AGL e ARE, o tributo vinha sendo contabilizado e realizado até 2015, mas com a adoção do lucro presumido em 2016 (em que não existe a figura do tributo diferido), não houve novas adições no ano e a realização foi através da venda do prejuízo fiscal e base negativa para parte relacionada Companhia Energética Potiguar. O tributo diferido da CEP e CEC são reconhecidos com relação a prejuízos fiscais não utilizados e às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis.

Provisões

São reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, sendo provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação puder ser feita.

No processo de aplicação das políticas contábeis, a Administração fez os julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a várias reivindicações legais, cíveis e processos trabalhistas cobrindo uma ampla faixa de assuntos que advém do curso normal das atividades do negócio. Existem também incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e o valor e época de resultados tributáveis futuros. Conforme a legislação vigente, as operações da Companhia e suas controladas estão sujeitas a revisão pelas autoridades fiscais por prazos que variam em função da natureza dos tributos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas como base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando puder ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

A receita de fornecimento de energia é reconhecida no resultado em função de sua realização pela competência, com base nos valores estabelecidos nos contratos de compra e venda de energia no âmbito do PROINFA para as controladas indiretas AGL e ARE.

A receita de fornecimento de energia é reconhecida no resultado em virtude de sua realização pela competência, com base nos valores estabelecidos nos contratos de compra e venda de energia celebrados com as distribuidoras no ambiente regulado, por ocasião dos leilões de energia nova, realizados para as controladas indiretas CEC e controlada CEP.

A receita pela venda de energia (potência total contratada) da controlada CEM foi reconhecida integralmente pelo seu valor presente, quando do registro do arrendamento mercantil financeiro em 1º de janeiro de 2009. As receitas oriundas dos reembolsos dos custos com operação e manutenção e combustíveis são reconhecidas progressivamente quando os riscos significativos e os benefícios relacionados com a energia elétrica são transferidos para o comprador, após sua autorização formal.

Lucro básico e diluído por ação

Está calculado com base na quantidade média das ações disponíveis na data do balanço. No caso da Companhia e suas controladas, está calculado com base na quantidade média das ações disponíveis na data do balanço. O lucro diluído por ação é igual ao lucro básico por ação, pois esta não possui ações ordinárias ou preferenciais potenciais diluidoras.

Adoção de pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos novos e/ou revisados

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis.

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>
IFRS 17	Contratos de seguros
Alterações à IFRS 3	Referência à Estrutura Conceitual
Alterações à IAS 16	Imobilizado - Recursos Antes do Uso Pretendido
Alterações à IAS 37	Contratos Onerosos - Custo de Cumprimento do Contrato

Os diretores não esperam que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros.

3.1. Impactos COVID-19

O impacto da pandemia se refletiu também na atividade econômica, que vem sofrendo perdas significativas. Diante disso, as empresas podem estar expostas a uma série de riscos estratégicos e operacionais, como atrasos ou interrupção do fornecimento de matérias-primas, mudanças nas demandas de clientes, aumentos de custos, insuficiências logísticas que levam a atrasos em entregas, questões de saúde e segurança de empregados e prestadores de serviços, força de trabalho insuficiente e outros desafios.

Face ao cenário apresentado, a Companhia e suas controladas mantem o monitoramento sobre a evolução do tema:

- Não ocorreram demissões nem reduções salariais na Companhia.
- Em relação à receita, não houve impactos negativos nas operações atuais e não há previsão de impacto relevante no futuro.
- A Administração entende que o cenário de pandemia não trará eventuais necessidades de caixa para a Companhia, não havendo assim a necessidade da contratação de novos empréstimos para este fim específico.
- A liquidação de seus passivos está ocorrendo no curso normal dos negócios, apenas os impostos foram postergados em razão das Portarias 139, 150 e 245 do Ministério da Economia e dos Decretos 10.305, 10.414 e 10.504 de 2020.
- Durante as operações após declarada a pandemia, os resultados ocorreram dentro das expectativas da Administração, não havendo impactos adversos que requeiram ajustes ou divulgações nessas demonstrações financeiras.

São valores fundamentais da Companhia: segurança e responsabilidade socioambiental. Assim, além das recomendações da Organização Mundial da Saúde, foram adotadas as seguintes medidas:

- Implantação de teletrabalho em todas as atividades administrativas.
- Cancelamento de todas as viagens não essenciais.
- Disponibilização de máscara e protetores faciais para os colaboradores.
- Protocolos de distanciamento social e alternância de rotina, procurando evitar a contaminação do espaço de trabalho e contágio dos colaboradores.
- Ações sociais de apoio no combate à Covid-19 nas cidades das Controladas com a doação de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) hospitalares para unidades de saúde de referência; recuperação de respiradores automáticos em parceria com o SENAI; atenção especial às pessoas em situação de risco, por meio da doação de testes de Covid-19 e EPIs hospitalares a asilos e cestas básicas aos vizinhos residenciais das Usinas e PCHs.

Com base no exposto, a Administração da Companhia tem analisado e tomado ações efetivas tempestivamente para preservar a integridade das pessoas e de seus ativos.

4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

	Percentual de participação			
	2020		2019	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
“Holding”:				
TEP - Termoelétrica Potiguar S.A.	80%	-	80%	-
Pequenas centrais hidroelétricas (PCH):				
Água Limpa Energia S.A.	-	56%	-	56%
Areia Energia S.A.	-	56%	-	56%
Termoelétricas (UTE):				
Companhia Energética Potiguar	89%	-	89%	-
Companhia Energética Candeias S.A.	89%	-	89%	-
Companhia Energética Manauara	-	48%	-	48%
São Francisco Energia S.A.	100%	-	100%	-
Camaçari RJ Participações S.A.	100%	-	100%	-

O exercício social das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas uniformemente nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. Todos os saldos e transações entre as empresas e saldos residuais de ativo diferido da controlada e controladas indiretas foram eliminados na consolidação.

A conciliação do lucro líquido do exercício e do patrimônio líquido entre controladora e consolidado é o seguinte:

	Patrimônio líquido		Lucro líquido do exercício	
	2020	2019	2020	2019
Controladora	704.570	572.195	205.657	109.226
Baixas do diferido das controladas	(1.249)	(2.271)	-	-
Amortização do ativo diferido	-	-	1.022	888
Acionistas controladores	703.321	569.924	206.679	110.114
Acionistas não controladores	220.226	194.414	45.033	34.965
Consolidado	<u>923.547</u>	<u>764.338</u>	<u>251.712</u>	<u>145.079</u>

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Caixa e bancos	-	-	19	27
Aplicações financeiras de alta liquidez	4	4	181.777	28.697
Total	<u>4</u>	<u>4</u>	<u>181.796</u>	<u>28.724</u>

As aplicações financeiras correspondem a operações de curto prazo realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração que variam de 62% a 101% da remuneração do CDI (62% a 116,44% da remuneração do CDI em 2019).

6. DEPÓSITOS BANCÁRIOS VINCULADOS

	Consolidado	
	2020	2019
Banco do Nordeste do Brasil - BNB	-	41.914
Banco da Amazônia S.A. - BASA (b)	-	10.563
Banco do Brasil S.A. (c)	6.034	-
Banco Itaú (a)	10.000	-
Total	<u>16.034</u>	<u>52.477</u>
Circulante	16.034	13.804
Não circulante	-	38.673
Total	<u>16.034</u>	<u>52.477</u>

- (a) As controladas CEP e CEC possuíam aplicações financeiras em conexão com contratos de financiamento de longo prazo em instituição financeira credora, para garantia de pagamento do serviço da dívida (juros e amortizações), que deveriam ser mantidas até o seu vencimento, previsto para dezembro de 2024. Em 2020 até seu resgate integral, a remuneração variava entre 89% a 91% do CDI (92,5% a 98% do CDI, em 2019).

Em março de 2020, o financiamento com o banco BNB foi quitado, liberando as controladas CEP e CEC de manterem recursos em contas de depósitos bancários vinculados desde então.

- (b) Referiam-se a aplicações financeiras de curto e longo prazo, vinculadas ao pagamento de juros e parcelas do financiamento com o Banco da Amazônia S.A., conforme a nota explicativa nº 18, lastreadas em CDB remunerados às taxas que variavam entre 89% a 91% do CDI em 2020 e 2019. O recurso foi utilizado para quitação do empréstimo em 6 de outubro de 2020.
- (c) A aplicação financeira de curto prazo com o Banco do Brasil, vinculada ao pagamento de juros e parcelas do financiamento com este banco, conforme a nota explicativa nº 18, lastreadas em CDB remunerados a taxa fixa de 2,63% a.a.

7. CONTAS A RECEBER

	Consolidado	
	2020	2019
Valores a vencer	57.521	42.555
Valores a faturar	53.977	28.169
Total	<u>111.498</u>	<u>70.724</u>

Para as controladas Areia e Água Limpa, os valores a vencer correspondem ao fornecimento de energia elétrica à Eletrobras decorrente dos contratos de compra e venda de energia que as Companhias têm no PROINFA, com prazo de vencimento inferior a 60 dias.

As controladas CEM, Areia e Água Limpa, consubstanciadas na análise do seu contas a receber, não têm expectativa de perdas relevantes na realização destes recebíveis, e não constituiu provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa.

Para as controladas CEP e CEC, os valores a receber correspondem ao fornecimento de energia elétrica, conforme Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, com prazo de vencimento inferior a 60 dias, e à venda de energia no mercado de curto prazo, na modalidade "spot".

As Controladas CEP e CEC, consubstanciadas nas análises do seu contas a receber, não têm expectativa de perdas relevantes na realização.

Em outubro de 2018, as Controladas CEP e CEC firmaram com o ONS um contrato para prestação de serviços ancilares (CPSA), para despacho complementar para manutenção da reserva de potência operativa (RPO).

Em razão de uma situação transitória de mercado, decorrente da judicialização de operações do Setor Elétrico no MCP, as Controladas CEP e CEC podem aproveitar a oportunidade disponível buscando agentes do mercado que assumam estes créditos oriundos das operações de CPSA, viabilizando a realização financeira tempestiva de parte (ou mesmo total) do faturamento, em troca do pagamento de um percentual de deságio.

Em função desta nova modalidade todas as receitas passaram a ser de curto prazo.

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
IRPJ	-	93	1.792	3.801
IRRF	22	-	204	3.951
CSLL	-	-	404	881
PIS sobre ativo imobilizado	-	-	173	99
PIS sobre faturamento	-	-	671	700
COFINS sobre ativo imobilizado	-	-	794	455
COFINS sobre faturamento	-	-	3.096	3.174
ICMS a recuperar	-	-	-	1
Outros	-	-	940	1.059
Total	22	93	8.074	14.121
Circulante	22	93	5.779	10.920
Não circulante	-	-	2.295	3.201
Total	22	93	8.074	14.121

9. ESTOQUES

	Consolidado	
	2020	2019
Combustível	31.063	30.624
Almoxarifado de peças para manutenção	59.574	59.108
Adiantamento a fornecedor	-	2.400
Outros estoques	808	1.860
Total	91.445	93.992
Circulante	64.212	84.892
Não circulante	27.233	9.100
Total	91.445	93.992

10. ARRENDAMENTO MERCANTIL A RECEBER

A controlada CEM reconheceu, pelo valor presente das contraprestações em aberto, o instrumento financeiro decorrente do arrendamento financeiro, líquido de impostos, como contas a receber.

	2020	2019
Ano de vencimento		
2020	-	53.294
2021	55.436	55.436
2022	57.677	57.677
2023	60.010	57.677
2024 e 2025	89.229	91.561
Subtotal	262.352	315.645
Ajuste ao valor presente	(42.083)	(60.737)
Total	220.269	254.908
Circulante	55.436	53.294
Não circulante	164.833	201.614
Total	220.269	254.908

A movimentação do saldo está apresentada a seguir:

Saldos em 31 de dezembro de 2018	284.838
Reversão de ajuste a valor presente	21.153
Baixa por realização	<u>(51.083)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019	254.908
Reversão de ajuste a valor presente	18.654
Baixa por realização	<u>(53.293)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u><u>220.269</u></u>

11. TRIBUTOS DIFERIDOS

As controladas reconheceram os efeitos dos créditos tributários de IRPJ e CSLL sobre os prejuízos fiscais, diferenças temporárias e eliminação dos ativos diferidos na consolidação, existentes em seus registros fiscais, por entender que estes serão compensados com as estimativas de lucros futuros, conforme demonstrado a seguir:

Tributos diferidos ativos

	Alíquota	Consolidado	
		2020	2019
Prejuízos fiscais acumulados		50.094	88.494
Bases negativas acumuladas		51.055	90.565
Diferenças temporárias:			
Custo de captação de empréstimos e financiamentos		-	(8.495)
Despesas pré-operacionais		2.551	3.199
P&D - pesquisa e desenvolvimento		12.277	8.675
Total de prejuízos fiscais e diferenças temporárias		64.922	91.873
Total de bases negativas e diferenças temporárias		65.883	93.944
Imposto de renda	25%	16.231	22.644
Contribuição social	9%	5.929	8.455
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos		<u>22.160</u>	<u>31.099</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos		22.160	31.099
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos		<u>(24.068)</u>	<u>(27.644)</u>
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos		<u><u>(1.908)</u></u>	<u><u>3.455</u></u>

Tributos diferidos passivos

	Consolidado	
	2020	2019
Impostos diferidos - vendas para entidades governamentais (a):		
Imposto de renda e contribuição social	(188)	931
PIS e COFINS diferidos	2.131	1.765
Impostos diferidos - efeito no resultado		
Reconhecimento do arrendamento mercantil (b)	22.781	25.616
Diferenças temporárias	<u>(656)</u>	<u>(668)</u>
Total	<u>24.068</u>	<u>27.644</u>

- (a) A Controlada CEM apura e recolhe com diferimento os tributos incidentes sobre suas vendas, IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, efetuando os recolhimentos dos tributos pelo regime de caixa, com base no Decreto nº 3.000/99, artigo 409, Decreto-Lei nº 1.598/77, artigo 10, §3, IN SRF nº 21/79, Lei nº 9.718/1998, artigo 7º, parágrafo único.

- (b) Os impostos diferidos passivos sobre o reconhecimento do arrendamento mercantil, IRPJ e CSLL, foram reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, associadas a ajustes decorrentes da adoção do pronunciamento técnico CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil, calculados à alíquota fiscal combinada efetiva de 15,25%, devido ao incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda.

12. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Eletrobras - CCC-ISOL (a)	-	-	5.761	4.891
Pesquisa e desenvolvimento	6.693	5.948	6.693	17.109
Adiantamento a funcionários	-	-	23	56
Despesas antecipadas	-	-	4.311	1.139
Créditos tributários PERT (c)	2.082	2.796	-	-
MRE - Mecanismo de Realocação de Energia (b)	-	-	261	2.650
Outras contas a receber	-	-	58	206
Total	8.775	8.744	17.107	26.051
Circulante	714	714	12.061	21.710
Não circulante	8.061	8.030	5.046	4.341
Total	8.775	8.744	17.107	26.051

- (a) A CCC-ISOL é um encargo criado pela Lei nº 5.899/73 (Lei de Itaipu) com a finalidade de subsidiar a compra dos combustíveis para geração de usinas termelétricas para os Sistemas Isolados (S-ISOL), localizadas principalmente na Região Norte do Brasil. O óleo combustível é pago pela Companhia diretamente ao fornecedor e reembolsado pela CCC-Isol, e o gás natural é entregue à Controlada CEM para industrialização por conta e ordem da Amazonas GT, não sendo um custo do processo.

A Controlada CEM efetua o registro dos valores recebidos no ativo contra valores a pagar no passivo para fins de controle gerencial. Estes são posteriormente revertidos quando da liquidação dos títulos pela Eletrobras junto ao fornecedor.

- (b) Mecanismo de Relocação de Energia - MRE, corresponde a um consórcio nacional das geradoras de energia proveniente de fonte hidráulica, que, quando um dos consorciados não conseguir suprir a energia contratada, o consórcio fornece a energia complementar, assim como o excesso de geração é disponibilizado ao consórcio. Deste modo, no ano de 2019 as Controladas Areia e Água Limpa tiveram excesso de geração registrando uma receita de MRE, em 2020 este excesso de geração não ocorreu gerando um custo de MRE. Os valores são liquidados no ano seguintes, em 12 parcelas iguais e atualizadas pelo IPCA.
- (c) Contas a receber da Companhia Energética Potiguar referente à venda de Prejuízos Fiscais e Base Negativa para utilização no Parcelamento Especial de Regularização Tributária ("PERT"), por parte da controlada.

13. INVESTIMENTOS

Participação em sociedades controladas

	2020					
	Quantidade de ações	Participação da GPE	Capital Social	Patrimônio Líquido	Dividendos	Lucro líquido
TEP	11.259.420	80%	106.000	235.032	(12.343)	34.246
CEC	72.916.711	89%	135.771	374.378	(19.081)	102.286
CEP	37.554.721	89%	63.149	190.701	(27.312)	99.963
São Francisco	10.000	100%	32	(11)	-	(6)
Camaçari RJ	930	100%	830	(375)	-	(76)

	2019					
	Quantidade de ações	Participação da GPE	Capital Social	Patrimônio Líquido	Dividendos	Lucro líquido
TEP	11.259.420	80%	100.000	213.129	3.721	31.161
CEC	72.916.711	89%	131.621	287.023	(111.389)	74.126
CEP	37.554.721	89%	47.102	102.003	(17.859)	20.707
São Francisco	10.000	100%	32	(5)	-	(15)
Camaçari RJ	930	100%	830	(299)	-	(321)

Movimentação dos investimentos em controladas:

	Controladas					
	TEP	CEC	CEP	São Francisco	Camaçari RJ	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	142.595	329.040	88.143	10	21	559.809
Resultado de equivalência patrimonial	24.931	66.533	18.535	(15)	(320)	109.664
Ganho ou perda de participação societária	-	(40.987)	-	-	-	(40.987)
Dividendos recebidos	2.977	(99.136)	(15.895)	-	-	(112.054)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	170.503	255.450	90.783	(5)	(299)	516.432
Aumento de capital	-	3.694	14.282	-	-	17.976
Resultado de equivalência patrimonial	27.397	91.035	88.967	(6)	(76)	207.317
Dividendos recebidos	(9.874)	(16.982)	(24.308)	-	-	(51.164)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	188.026	333.197	169.724	(11)	(375)	690.561

14. IMOBILIZADO

	Consolidado										
	Terrenos	Edificações, obras civis e benfeitorias	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Reservatório, barragens e adutoras	Computadores e periféricos	Adiantamento de fornecedor	Imobilizado em curso	Veículos	Monstagens e instalações	Total
Taxa de depreciação anual	(*)	(*)	10%	(*)	(*)	20%	-	-	-		
<u>Custo corrigido</u>											
Saldos em 31 de dezembro de 2018	5.411	284.366	1.928	689.769	97.227	2.090	-	13.983	141	1.826	1.096.741
Reclassificação	-	-	-	-	-	-	-	5.857	-	-	5.857
Adições	180	38	52	518	-	164	-	3.868	-	-	4.820
Baixa	-	-	(17)	(445)	-	(6)	-	(1.046)	-	-	(1.514)
Transferências	-	308	74	1.834	(1)	42	-	(2.460)	-	203	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	5.591	284.712	2.037	691.676	97.226	2.290	-	20.202	141	2.029	1.105.904
Adições	-	9	58	458	-	319	106.483	1.822	101	-	109.250
Baixa	-	-	(5)	(222)	-	(119)	-	(11.223)	(53)	-	(11.622)
Transferências	-	(423)	(119)	3.936	-	(245)	-	(3.009)	1	(141)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	5.591	284.298	1.971	695.848	97.226	2.245	106.483	7.792	190	1.888	1.203.532
<u>Depreciação acumulada</u>											
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(485)	(64.874)	(945)	(207.985)	(35.579)	(1.076)	-	-	(83)	(344)	(311.371)
Adições	(57)	(7.656)	(171)	(31.290)	(4.245)	(278)	-	-	(17)	(95)	(43.809)
Baixa	-	-	19	130	-	-	-	-	-	-	149
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(542)	(72.530)	(1.097)	(239.145)	(39.824)	(1.354)	-	-	(100)	(439)	(355.031)
Adições	(56)	(7.727)	(157)	(30.933)	(4.246)	(262)	-	-	(21)	(102)	(43.504)
Baixa	-	-	-	(35.417)	-	97	-	-	-	-	(35.320)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(598)	(80.257)	(1.254)	(305.495)	(44.070)	(1.519)	-	-	(121)	(541)	(433.855)
Saldos líquidos 31 de dezembro de 2020	4.993	204.041	717	390.353	53.156	726	106.483	7.792	69	1.347	769.677
Saldos líquidos 31 de dezembro de 2019	5.049	212.182	940	452.531	57.402	936	-	20.202	41	1.590	750.873

(*) As controladas AGL e ARE realizam o cálculo da depreciação acumulada através das taxas que levam em conta a vida útil dos bens, conforme definida no MCPSE anexo à Resolução ANEEL nº 474/12, desde que limitada ao prazo de autorização como produtor independente. A vida útil-econômica dos ativos e/ou os métodos de depreciação são revistos anualmente e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. As controladas CEC e CEP adotaram as taxas médias anuais de depreciação fixadas pela ANEEL para os ativos de geração de energia elétrica, de acordo com a Resolução ANEEL nº 474/12 por entenderem que estas refletem adequadamente a vida útil econômica dos seus ativos.

Perdas por redução ao valor recuperável (“impairment”)

A Companhia e suas controladas, com base em suas análises dos fluxos de caixa descontados preparados de acordo com a projeção orçamentária aprovada pela Administração, não identificaram indicadores que pudessem reduzir o valor de realização de seus ativos em 31 de dezembro de 2020. A Administração entende que o ativo imobilizado é plenamente recuperável por meio do fluxo de caixa das operações futuras.

Bens dados em garantia

A controlada CEC possuía terrenos, edificações, máquinas e equipamentos e veículos dados em garantia de empréstimos e financiamentos, os quais totalizam R\$498.218 em 31 de dezembro de 2019. Com a quitação do financiamento com o BNB os bens foram liberados da garantia em 2020.

A controlada CEP possuía benfeitorias, máquinas e equipamentos dados em garantia de empréstimos e financiamentos, os quais totalizam R\$98.959 em 31 de dezembro de 2019, líquidos de depreciação. Com a quitação do empréstimo com o BNB os bens foram liberados da garantia em 2020.

15. INTANGÍVEL

	anuais de amortização	2020		2019
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
<u>Consolidado</u>				
Direito de uso de software	20%	2.217	(1.918)	299
Direito de passagem - servidões	4,8%	1.797	(1.279)	518
Direitos de outorga	4,8%	4.100	(1.945)	2.155
Ágio		7.055	-	7.055
Total		<u>15.169</u>	<u>(5.142)</u>	<u>10.027</u>

Gastos com direito de uso de software, direito de passagem na constituição de faixa de servidão para as linhas de transmissão associadas à distribuição na área de concessão da controlada ARE e direito de outorga correspondente a 70% dos direitos das PCHs Água Limpa e Areia, adquiridos conforme “Contrato Particular de Cessão de Direitos e Outros Pactos” firmado com RPE - Produtora de Energia Elétrica Ltda., deduzido da amortização acumulada, calculado de forma linear pelo prazo remanescente de autorização, a partir da data de entrada em operação das PCHs.

Na controlada CEC os gastos com direito de uso de software são amortizados à taxa de 20% a.a., enquanto o direito de passagem, formado pelo custo de constituição das faixas de servidão, está sendo amortizado de acordo com o período de vigência dos contratos de venda de energia, que é de 15 anos.

Ágio

Em 16 de agosto de 2013, a controlada CEP Participações S.A., comprou 20% da Companhia Energética Potiguar, tendo sido apurado um ágio no valor justo de R\$7.055, cujo fundamento é a rentabilidade futura (“goodwill”) da adquirida conforme laudo emitido por empresa independente.

A movimentação do saldo do intangível foi assim constituída:

	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	11.062
Adições	50
Amortização	(466)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>10.646</u>
Adições	15
Baixa	(166)
Amortização	(468)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u><u>10.027</u></u>

16. FORNECEDORES

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2020	2019	2020	2019
Amazonas Geração e Transmissão	-	-	-	1.000
Amazonia Transportes	-	-	205	248
Chevron Brasil Lubrificante Ltda.	-	-	265	-
Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (a)	-	-	3.345	2.235
Companhia Energética do Rio Grande do Norte	-	-	695	-
Cummins Vendas e Serviços	-	-	350	2
Diesel Expert Quebec	-	-	-	150
Engenharia São Patrício	-	-	85	82
Gera Geradora de Energia do Amazonas	-	-	61	391
Geriba Energy Trading Comercializadora	-	-	-	320
Global Engenharia Ltda	-	-	3.903	3.446
Hyundai Heavy Ind. CO Ltd.	-	-	115	544
Instituto Avançado de Tecnologia	-	-	-	34
Nova Energia Comercializadora S.A.	-	-	2.395	-
Nunes Fernandes Advogados Associados	-	-	793	-
ONS Operador Nacional do Sistema Elétrico	-	-	1.571	-
Petrobras Distribuidora S.A.	-	-	16.864	2.422
Sotreq S.A.	-	-	263	6
Starr Internacional Brasil Seg	-	-	1.766	-
Venable LLP	-	-	-	3.407
Wartsila (Brasil e Filandia)	-	-	4.378	1.141
Outros fornecedores	-	9	2.370	2.285
Total	<u>-</u>	<u>9</u>	<u>39.424</u>	<u>17.713</u>
Circulante	-	9	39.369	17.658
Não circulante	-	-	55	55
Total	<u>-</u>	<u>9</u>	<u>39.424</u>	<u>17.713</u>

- (a) A controladas AGL e ARE aderiram à repactuação do risco hidrológico em 2016, fazendo opção pela transferência integral do risco hidrológico (SP100) ao Consumidor, mediante pagamento de prêmio de risco à Conta Bandeiras (gerida pela CCEE), no valor de R\$9,50/MWh (data-base de janeiro de 2015 anualmente atualizado pelo IPCA) até 29/10/2030 (AGL) e 24/02/2031 (ARE).

17. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	Ref.	Encargos incidentes	Controladora			
			2020		2019	
			Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
<u>Conta corrente</u>						
Numa Participações Ltda	(a)	sem encargos	-	-	8.020	-
Total			-	-	8.020	-
<u>Adiantamento para futuro aumento de capital</u>						
São Francisco Energia S.A.			21	-	-	-
Camaçari RJ S.A.			562	-	-	-
Jones Aranha de Sá	(b)	sem encargos	-	1.295	-	3.645
Total			583	1.295	-	3.645

- (a) Os valores registrados como conta-corrente não têm a incidência de encargos financeiros ou prazos de vencimento e são utilizados para suprir a necessidade de capital de giro.
- (b) Refere-se a instrumento particular de adiantamento para futuro aumento de capital assinado durante o ano de 2020, o qual será integralizado ao capital em 2021.

	Ref.	Encargos incidentes	Consolidado					
			2020			2019		
			Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
<u>Mútuo</u>								
RPE - Produtora de Energia Elétrica	(a)	IGPM	32.918	-	6.619	32.610	-	2.544
Jones Aranha de Sá		3,6%a.a.+CDI	-	-	-	-	-	(599)
Djalma Nunes Fernandes			-	-	-	-	-	(675)
Numa Participações Ltda			-	-	-	8.020	-	-
Total			32.918	-	6.619	40.630	-	1.270
<u>Adiantamento para futuro aumento de capital</u>								
Jones Aranha de Sá	(b)	sem encargos	-	1.295	-	-	3.645	-
Fernando W. Magalhaes Filho	(b)	sem encargos	-	-	-	-	2.020	-
Djalma Nunes Fernandes	(b)	sem encargos	-	-	-	-	202	-
Total			-	1.295	-	-	5.867	-
Circulante			-	-	-	-	-	-
Não Circulante			32.918	1.295	-	40.630	5.867	-
Total			32.918	1.295	-	40.630	5.867	-
<u>Fornecimento de serviços</u>								
Global Engenharia Ltda.		sem encargos	-	3.903	(41.628)	-	3.446	(47.335)
Total			-	3.903	(41.628)	-	3.446	(47.335)

- (a) Os valores registrados no ativo não circulante foram aportados, pela TEP em nome da RPE - Produtora de Energia Elétrica Ltda. nas controladas indiretas, PCHs de acordo com "Contrato Particular de Cessão de Direitos e Outros Pactos" firmado com RPE na aquisição da parcela de 70% sobre os direitos das outorgas das PCHs - Água Limpa e Areia, corrigidos pelo IGP-M e sem vencimento previsto em contrato. Enquanto os registrados no passivo não circulante referem-se a recursos aportados diretamente pela RPE nas controladas indiretas, PCHs.
- (b) Refere-se a instrumento particular de adiantamento para futuro aumento de capital assinado durante o ano de 2020, o qual será integralizado ao capital em 2021.

18. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

	Vencimento principal	Taxas efetiva	Consolidado				
			Encargos	Circulante	Não circulante	2020	2019
FNO - Sustentável (a)	nov/25	8,5% a.a.	-	-	-	-	6.006
FNO - Conversão do Gas (a)	nov/25	2,94% a.a.	-	-	-	-	11.921
Debentures - FDA (b)	jul/27	TJLP + 1,65%	-	-	-	-	84.137
Subtotal			-	-	-	-	102.064
Banco do Brasil - CCB (c)	out/23	CDI+2,33% a.a.	576	20.816	144.184	165.576	-
(-) Custos de transação			-	(567)	(995)	(1.562)	-
Subtotal			576	20.249	143.189	164.014	-
Banco do Nordeste - Financiamento (d)	Jun./25	10%a.a.	-	-	-	-	166.885
(-) Custos de transação			-	-	-	-	(8.521)
Subtotal			-	-	-	-	158.364
SUDENE (e)	Dez./31	TJLP+1%a.a.	-	-	-	-	60.395
Subtotal			-	-	-	-	60.395
Banco ABC (f)	mai/21	CDI+0,30%a.m	60	-	-	60	-
Banco Safra (g)	mar/21	CDI+0,29%a.m	22	-	-	22	-
Subtotal			82	-	-	82	-
Banco Itaú BBA S.A. - debêntures (h)	Abr./20	CDI+3,50%a.a.	187	101.631	41.969	143.787	-
(-) Custos de Transação			-	(558)	(165)	(723)	-
Subtotal			187	101.073	41.804	143.064	-
Banco BBM (i)	set/19	CDI+4,65%a.a.	12	8.900	-	8.912	-
(-) Custos de transação			-	(86)	-	(86)	-
Subtotal			12	8.814	-	8.826	-
Banco Bradesco S.A. (j)	nov/21	CDI+0,52%a.a.	21	19.938	-	19.959	41.768
(-) Custos de transação			-	(315)	-	(315)	(483)
Subtotal			21	19.623	-	19.644	41.285
Banco Itaú S.A. (k)	fev/21	CDI+1,15%a.a.	8	16.923	-	16.931	112.481
(-) Custos de Transação			-	(85)	-	(85)	(646)
Subtotal			8	16.838	-	16.846	111.835
Total			886	166.597	184.993	352.476	473.943
Circulante			886	166.597	-	167.483	164.155
Não circulante			-	-	184.993	184.993	309.788
Total			886	166.597	184.993	352.476	473.943

(a) FNO - Sustentável foi assinado em 31 de outubro de 2012 pela CEM com o Banco da Amazônia S.A. no montante de R\$10.133 para a viabilização da conversão da usina de óleo combustível para o gás natural. Tem incidência de juros fixos equivalentes a 2,94% ao ano e 15% de adimplência. As amortizações são mensais e sucessivas, iniciando-se em dezembro de 2015 e finalizando em novembro de 2025. O financiamento foi integralmente quitado em 6 de outubro de 2020.

FNO - Conversão do Gás foi assinado pela CEM em 8 de outubro de 2009 no montante de R\$44.214 para o financiamento e a compra de máquinas para a usina termoeletrica. Tem incidência de juros fixos equivalentes a 10% ao ano e 15% de adimplência. As amortizações são mensais e sucessivas, iniciando-se em maio de 2011 e finalizando em outubro de 2026. Foram realizadas amortizações antecipadas neste financiamento em 2018 no valor total de R\$12.344. O financiamento foi integralmente quitado em 6 de outubro de 2020.

- (b) Em 27 de junho de 2007, a Assembleia Geral Extraordinária da CEM aprovou a realização da 1ª emissão de debêntures conversíveis em ações, por meio de contrato particular celebrado com o Banco da Amazônia S.A. e a SUDAM, com garantias reais descritos nesta nota explicativa, dividida em três séries, no valor total de R\$118.796. Sobre o saldo do valor nominal das debêntures, incide o custo básico (variação acumulada da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP), acrescido de juros fixos à taxa efetiva de 1,5% ao ano e de encargos, a título de “del credere”, à taxa efetiva de 0,15% ao ano, com amortizações semestrais iniciadas em julho de 2008, finalizando em julho de 2027. A emissão de debêntures foi integralmente quitada em 6 de outubro de 2020.
- (c) Na CEM a cédula de crédito bancária (CCB) foi assinada em 2 de outubro de 2020 com o Banco do Brasil S.A. no montante de R\$165.000.000,00 para a viabilização da conversão do motor de óleo combustível para o gás natural e substituição das dívidas junto ao BASA e SUDAM, com vencimento em 2 de outubro de 2023. Tem incidência de encargos financeiros correspondentes à variação do CDI mais incidência de juros fixos de 2,33% ao ano.
- (d) Na CEP, o contrato assinado em 19 de fevereiro de 2009, no montante de R\$76.170, tem incidência de juros de 10% ao ano e bônus de adimplência de 25%. As amortizações, mensais e sucessivas, iniciaram-se em 13 de março de 2010 e finalizar-se-ão em 13 de dezembro de 2023. Em 3 de março de 2020, o empréstimo foi quitado antecipadamente e as suas garantias liberadas.

Na CEC, em 30 de junho de 2010, foi assinado contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. no montante de R\$382.253. Sobre o montante do principal, incidem juros de 10% ao ano, com bônus de adimplência de 15%. As amortizações são mensais, iniciando-se em julho de 2011 e finalizando-se em junho de 2025. Em 25 de março de 2020, foi quitado antecipadamente o financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil S.A.

- (e) Na CEC, em 25 de abril de 2010, foi contratado empréstimo-ponte com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. no montante de R\$76.953 e encargos financeiros correspondentes a 130% da variação do CDI ao ano, o qual foi renovado até 25 de outubro de 2012. Em 4 de junho de 2012, a Administração renegociou com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. e alterou o perfil da dívida, por meio de nova cédula de crédito perante a SUDENE, aumentando o prazo para pagamento para 19 anos e alterando a taxa de juros para Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP acrescido de 1% ao ano. Em 26 de março de 2020, foi quitado antecipadamente a cédula de crédito perante a SUDENE.
- (f) Na CEP, o contrato de conta garantida assinado em 4 de novembro de 2020, dando a possibilidade de captar um recurso de no máximo R\$20 milhões com incidência de encargos financeiros equivalentes a 100% da variação do CDI, acrescidos de juros de 0,3% ao mês. Os encargos são cobrados mensalmente e as amortizações podem acontecer a qualquer momento, limitada até a data do vencimento. Em 9 de dezembro de 2020, o contrato foi aditado e teve seu montante alterado para o limite de R\$30 milhões e consequentemente o seu prazo de vencimento passou de 03/05/2021 para 07/05/2021. Em 5 de novembro de 2020 foram captados o montante de R\$3.255, em 18 de novembro de 2020 foram captados o montante de R\$415, em 19 de novembro de 2020 foram captados o montante de R\$2.270, em 20 de novembro de 2020 foram captados o montante de R\$2.270, em 23 de novembro de 2020 foram captados o montante de R\$10.650 e em 25 de novembro de 2020 foram captados o montante de R\$1.020 totalizando o montante de R\$19.921. Os recursos captados foram pagos em 14 de dezembro de 2020 no valor de R\$3.300 e em 21 de dezembro de 2020 no valor de R\$16.621.

- (g) Na CEP, o contrato de conta garantida assinado em 23 de novembro de 2020, dando a possibilidade de captar um recurso de no máximo R\$5 milhões com incidência de encargos financeiros equivalentes a 100% da variação do CDI, acrescidos de juros de 0,299417% ao mês. Os encargos são cobrados mensalmente e as amortizações podem acontecer a qualquer momento, limitada até a data do vencimento. Em 18 de dezembro de 2020, o contrato foi aditado e teve seu montante alterado para o limite de R\$10 milhões e consequentemente o seu prazo de vencimento passou de 22/02/2021 para 18/03/2021. Em 24 de novembro 2020 foram captados o montante total de R\$5.000, pagos em 28 de dezembro de 2020 no montante de R\$2.501 e 30 de dezembro de 2020 o montante de R\$2.499.
- (h) Na CEC, em 12 de março de 2020, foi assinado o contrato de emissão referente a 16.280 debêntures, emitidas na 5ª emissão de série única com o Banco Itaú BBA S.A. no valor de R\$10.000,00 cada, totalizando R\$162.800.000,00, com vencimento em 15 de abril de 2022, e encargos financeiros correspondentes à variação do CDI mais 1,10% ao ano.
- (i) Na CEP, a cédula de crédito bancário assinada em 2 de março de 2020 no montante de R\$14,3 milhões, para substituição da dívida junto ao Banco do Nordeste - FNE, com data de vencimento em 15/06/2021. Possui incidência de encargos financeiros equivalentes a 100% da variação do CDI, acrescidos de juros de 1,20% ao ano. As amortizações são mensais e sucessivas e foi emitido pelo Banco BBM.
- (j) Refere-se à 19.500.000 (Areia) e 24.000.000 (Água) debêntures, emitidas na 1ª emissão de série única com o Banco do Bradesco S.A. no valor de R\$1,00 real cada, totalizando R\$19.500 (Areia) e R\$24.000 (Água), com vencimento em 15 de novembro de 2021, e encargos financeiros correspondentes à variação do CDI mais 0,52% ao ano.
- (k) Na CEC, em 12 de agosto de 2019, foi assinado o contrato de emissão referente a 11.000 debêntures, emitidas na 4ª emissão de série única com o Banco Itaú BBA S.A. no valor de R\$10 cada, totalizando R\$110.000, com vencimento em 24 de fevereiro de 2021, e encargos financeiros correspondentes à variação do CDI mais 1,25% ao ano. Em 17 de fevereiro de 2020 ocorreu o 1º aditivo ao contrato de debêntures alterando o encargo financeiro para CDI mais 1,15% ao ano.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está assim demonstrada:

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2018	121.975	401.723	523.698
Captação de empréstimos	97.904	55.596	153.500
Juros e variações monetárias provisionadas	38.539	-	38.539
Juros pagos, líquidos de bônus de adimplência	(28.878)	-	(28.878)
Aquisição dos custos de captação	(863)	(480)	(1.343)
Amortização dos custos de captação	4.239	-	4.239
Transferências	147.051	(147.051)	-
Pagamentos de principal	(215.812)	-	(215.812)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	164.155	309.788	473.943
Captação de empréstimos	367.021	-	367.021
Juros e variações monetárias provisionadas	18.602	-	18.602
Juros pagos, líquidos de bônus de adimplência	(43.619)	-	(43.619)
Aquisição dos custos de captação	(3.095)	-	(3.095)
Amortização dos custos de captação	10.096	-	10.096
Transferências	124.795	(124.795)	-
Pagamentos de principal	(470.472)	-	(470.472)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>167.483</u>	<u>184.993</u>	<u>352.476</u>

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
2021	-	82.184
2022	119.907	45.925
2023	65.086	46.496
2024	-	46.496
2025 em diante	-	88.687
Total	<u>184.993</u>	<u>309.788</u>

Garantias e cláusulas contratuais restritivas - “covenants”

Água Limpa Energia S.A. e Areia Energia S.A.

Foi firmado um contrato de Cessão Fiduciária de direitos creditórios e outras avenças (“contrato de Garantia”) outorgando ao debenturista o direito dos recebíveis dos contratos de compra e venda de Energia CT - Proinfa/PCH - MRE - 036/2004 e 037/2004.

Esses contratos também incluem cláusulas restritivas com exigibilidade de cumprimento de performance de índices periódicos, sob condição de antecipação do vencimento da dívida em caso de descumprimento dos “covenants”.

<u>Cláusula restritiva - “covenant”</u>	<u>Índice requerido</u>
Relação de dívida líquida/Ebitda	Menor do que 2,5

Em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, todas as cláusulas restritivas financeiras e não financeiras foram atendidas.

Companhia Energética Manauara

A Companhia deve manter com o banco, durante todo o prazo de vigência dos instrumentos de crédito, a conta vinculada, com as características e funções a seguir:

- Para segurança do principal da dívida e das demais obrigações a Companhia transferiu fiduciariamente ao Banco do Brasil S.A em caráter irrevogável e irretratável, por esta e na melhor forma de direito, a modo “pro-solvendo” e sob condição resolutiva, a totalidade dos direitos creditórios que forem depositados ou transitarem pela conta reserva.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia cumpriu integralmente as exigências do contrato de empréstimo com o Banco do Brasil S.A. anteriormente descritas.

As demais garantias das operações são as seguintes:

<u>Tipo do Financiamento</u>	<u>Garantias</u>
CCB	1 - Hipoteca do terreno e suas benfeitorias; 2 - Cessão fiduciária de direitos sobre créditos na conta reserva e dos direitos emergentes; 3 - Penhor da totalidade dos recebíveis dos créditos; 4 - Alienação fiduciária dos bens em garantias; 5 - Seguros dos bens em garantias; 6 - Aval da TEP Termoelétrica Potiguar S.A.

Os contratos incluem cláusulas restritivas com exigibilidade de cumprimento de “performance” de índices periódicos, sob condição de antecipação do vencimento da dívida em caso de descumprimento dos “covenants”, conforme apresentado a seguir:

<u>Cláusula restritiva - “covenant”</u>	<u>Requerimentos</u>	<u>Instituição</u>
	Conta Reserva com recurso mínimo de R\$6.000.000,00	
Cédula de Crédito Bancária	Relação de dívida financeira líquida/EBITDA (ajustado com efeito caixa do CPC 06) inferior a 2,5	BB

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia cumpriu todos os “covenants”.

Companhia Energética Candeias

Banco Itaú BBA S.A. - debêntures	1	Aval corporativo da Commandery.
	2	Aval corporativo da GPE.
	3	Cessão e vinculação parcial dos direitos creditórios (recebíveis).
Itaú BBA S.A.	1	Aval corporativo da Commandery.
	2	Aval corporativo da GPE.

Em 2020, como “covenants” financeiro do contrato Itaú BBA S.A., prevê a manutenção do caixa e equivalentes de caixa em valor de R\$10.000 ao final do exercício social.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia cumpriu todos os “covenants”.

Companhia Energética Potiguar

O contrato de financiamento vigentes em 31 de dezembro de 2020 firmados pela Companhia estão garantidos por: (a) cessão e vinculação parcial dos direitos creditórios (recebíveis); e (b) aval corporativo da Global Participações em Energia S.A.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possui mais “covenants” atrelados a seus contratos de empréstimos e financiamentos.

19. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2020</u>	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
IRPJ - Imposto de Renda	-	-	26.712	54
CSLL - Contribuição Social	106	-	14.106	3.660
INSS serviços de terceiros	-	-	587	446
PIS - Programa de integração social	31	-	2.754	372
COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	142	-	12.692	1.734
IRRF serviços de terceiros	1	-	1.156	328
PIS/COFINS/CSLL retidos	2	1	453	285
ICMS e DIFAL	-	-	3.802	3.142
Parcelamentos tributários (a)	-	-	2.559	2.888
Outros tributos a recolher	-	1	142	136
Total	282	2	64.963	13.045
Circulante	282	2	63.162	10.799
Não circulante	-	-	1.801	2.246
Total	282	2	64.963	13.045

- (a) Em 14 de novembro de 2017, a Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária - PERT, por meio da opção IV, pela qual efetuará a quitação da dívida tributária da seguinte forma: 24% do saldo a pagar por meio de desembolso de caixa parcelado em 24 vezes, com pagamentos mensais, e os 76% remanescente por meio de compensação de prejuízo fiscal e base negativa.

O prejuízo fiscal e base negativa utilizados para quitação da mencionada dívida foram adquiridos, com deságio, de outras Companhias do Grupo Global Participações em Energia S.A. O ganho total em função do deságio na aquisição, no montante total de R\$6.258, foi reconhecido no resultado financeiro.

Em 10 de julho de 2019, a Companhia aderiu ao parcelamento ordinário através de um pedido espontâneo, parcelando o débito em 60 parcelas iguais e consecutivas através de débito em conta.

20. CONTINGÊNCIAS

A Companhia e suas controladas estão expostas a contingências de natureza cível, trabalhista e fiscal decorrentes do curso normal dos negócios. A política de provisões adotada considera as chances de perdas nas ações. Quando o risco de perda é provável é feito provisionamento de 100% do valor devido nessas ações, conforme avaliação da administração e de seus assessores legais.

De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, não há expectativas de perdas prováveis nas diversas demandas judiciais; desta forma, nenhuma provisão para perdas foi constituída.

CEP

A controlada CEP, R\$405 refere-se a uma provisão de um processo administrativo junto à Receita Federal, sobre INSS retido de serviço contratado de terceiros.

A Companhia possui uma ação extrajudicial ajuizada pela B2A referente a retenções de pagamento realizadas pela CEP em função de má prestação de serviços deste fornecedor, num montante total de R\$72.

De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, não há expectativas de perdas prováveis nas diversas demandas judiciais; desta forma, nenhuma provisão para perdas foi constituída. Com relação às causas de natureza ativa, em que a Companhia era autora da ação, em uma causa com probabilidade de êxito possível, contra o Conselho Nacional de Política Energética, referente aos artigos 2º e 3º da Resolução nº 03/13 desse órgão. A ação movida contra o fornecedor Caterpillar Inc. foi encerrada em dezembro de 2020 após acordo entre as partes.

Depósito judicial

Trata-se de ação ordinária com pedido de antecipação de tutela ajuizada pela Companhia Energética Potiguar S.A. - CEP, contra Afinco Abílio Felix Incorporações e Construções Ltda., cuja discussão se assenta sobre os termos do contrato de locação de imóvel com opção de compra firmada entre as partes. A demanda tem o propósito de adjudicar o bem locado em favor da autora, em face do exercício do direito de opção de compra, mediante pagamento do preço, nos termos do contrato entabulado pelas partes. Após movimentação processual favorável a Companhia o saldo foi transferido para conta contábil de terrenos, permanecendo em depósito judicial o montante de R\$722.

CEC

De acordo com os assessores jurídicos da Companhia não há expectativas de perdas prováveis nas diversas demandas judiciais; desta forma nenhuma provisão para perdas foi constituída. Conforme análise dos assessores jurídicos, há uma probabilidade de perda avaliada como possível estimada para processos, em sua maioria, de natureza trabalhista, no montante de R\$3.621.

Depósito judicial

Trata-se de ação de desapropriação para constituição de servidão administrativa ajuizada em desfavor da Bandeirante Química Ltda., com pedido de antecipação liminar imediata de posse do imóvel objeto desta ação. E ação de desapropriação para constituição de servidão administrativa ajuizada em desfavor de Raimundo Ramos de Andrade, com pedido de antecipação liminar a imissão imediata de posse do imóvel objeto desta ação. Permanecendo em depósito judicial o montante de R\$34.

TEP

As principais demandas judiciais são as seguintes:

- a) As controladas ARE e AGL são autoras de ação de desapropriação por utilidade pública em trâmite na Justiça Estadual de Tocantins de parte da área onde estão localizadas as PCHs. O objeto da ação é a determinação do valor de avaliação dos imóveis, destinados às instalações das PCHs. Contudo, as controladas ARE e AGL já têm a posse das áreas envolvidas. Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, as controladas tinham depósitos judiciais relativos a estes processos no montante de R\$6 (Água) e R\$224 (Areia). Os assessores jurídicos da Companhia consideraram prováveis as chances de êxito e, por esta razão, a Administração da Companhia não constituiu nenhuma provisão para fazer face de eventuais perdas.
- b) A Resolução CNPE nº 3, de 6 de março de 2013, estabeleceu novos critérios para o Rateio do custo do despacho adicional de usinas termelétricas. Pelos novos critérios, o custo dos Encargos do Serviço do Sistema - ESS por motivo de segurança energética, que era rateado integralmente entre os consumidores livres e distribuidoras, passaria a ser rateado por todos os agentes do Sistema Interligado Nacional - SIN, inclusive geradores e comercializadores.

Desde abril de 2017, em função da publicação da Lei 13.360, de 17 de novembro de 2016 e do Despacho ANEEL 1.146, de 25 de abril de 2017, a cobrança deste encargo voltou a ser aplicada apenas ao segmento de consumo.

Durante a vigência da regra estabelecida pela Resolução CNPE nº3/2013, a Companhia não percebeu o repasse destes custos pela Eletrobras, que se encontrava protegida por demanda judicial própria. A jurisprudência favorável da Ação Anulatória nº 0027834-41.2013.4.01.3400, proposta por Apine e Abragel, reforça a perspectiva de não pagamento deste encargo.

Dessa forma, a Companhia efetuou o registro dos custos do ESS no valor da liquidação financeira divulgados pela CCEE (R\$55), sem os efeitos da Resolução CNPE nº 3.

- c) Em 31 de dezembro de 2020, a controlada CEM possuía duas causas de natureza tributária no montante de R\$44 as quais são consideradas como perda possível na avaliação dos assessores jurídicos, razão pela qual não foi constituída qualquer provisão nas demonstrações financeiras.
- d) Em 31 de dezembro de 2020, a Controladora TEP possuía uma causa de ação cautelar inominada com pedido de liminar, em desfavor da União, cujo objeto consiste no pedido de obtenção de certidão negativa de débito e consequente recolhimento de débitos tributários, no montante de depósito judicial de R\$492.

- e) De acordo com os assessores jurídicos da Companhia não há expectativas de perdas prováveis nas demandas judiciais em andamento. Dessa forma nenhuma provisão para perdas foi constituída.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social subscrito e integralizado da Companhia no montante de R\$294.000 (R\$214.131, em 2019) está representado por 22.898.123 ações ordinárias (22.898.123, em 2019), sem valor nominal e distribuído da seguinte forma:

<u>Acionista</u>	2020 e 2019	
	Quantidade de ações	%
Commandery Participações S.A.	21.899.727	95,64
Jones Aranha de Sá	998.396	4,36
Total	<u>22.898.123</u>	<u>100</u>

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. Os acionistas terão direito de receber dividendos obrigatórios de 25% do lucro líquido, calculado e ajustado nos termos da legislação societária.

Em 30 de abril de 2019, o capital social da Companhia foi aumentado com a utilização de adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R\$1.603.

Em 28 de abril de 2020, o capital social da Companhia foi aumentado com a utilização de adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R\$79.869.

Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido (quando aplicável) do exercício até o limite de 20% do valor do capital social, conforme artigo 193 da Lei nº 6.404/76. A Companhia constituiu reserva legal de R\$10.283 em 31 de dezembro de 2020 (R\$5.461 em 31 de dezembro de 2019).

Reserva de lucros retidos

A Companhia destinou em 2020 da conta de reserva de lucros (lucro retido) o saldo remanescente do lucro líquido do exercício, no valor de R\$146.530 (R\$77.824 em 31 de dezembro de 2019) observado o disposto no artigo 194 da Lei nº 6.404/76.

Excesso de reservas de lucros

Conforme determina a Lei das S.As. em seu artigo 199, o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingido esse limite, a assembleia deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía saldo de reservas de lucros superior ao capital social em aproximadamente R\$143.933, o qual foi destinado em assembleia geral em 2020.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui saldo de reservas de lucros superior ao capital social em aproximadamente R\$116.570, o qual será destinado em assembleia geral em 2021.

Lucro por ações

O lucro básico diluído por lote de mil ações, dar-se-á da seguinte forma:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro líquido do exercício	205.657	109.226
Quantidade de ação por lote de mil	22.898	22.898
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$	<u>8,981</u>	<u>4,770</u>

Dividendos

A Companhia outorga aos seus acionistas o direito ao recebimento a cada exercício de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido anual, ajustado da seguinte forma:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro líquido do exercício	205.657	109.226
Reserva legal	(10.283)	(5.461)
Base para dividendos	195.374	103.765
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	<u>48.844</u>	<u>25.941</u>

Dividendos mínimos obrigatórios a pagar

Conforme previsto no artigo 202 § 4º da Lei nº 6.404/76, a Companhia possuía em 2019 reserva especial de dividendos mínimos obrigatórios não distribuídos no montante de R\$25.941 em função da ausência de caixa para pagamento de dividendos. Este montante foi totalmente destinado para Dividendos a pagar em 2019.

O saldo de dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2020 é de R\$48.844 (R\$31.930, em 2019), sendo de R\$62.955 (R\$43.334, em 2019) no Consolidado. Tão logo a situação financeira da Companhia e de suas controladas permita, os dividendos serão amortizados.

Um resumo da movimentação da distribuição de dividendos em 2020 está apresentado a seguir:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo dividendos a pagar 2018	35.294	48.988
Dividendos propostos referente a 2018	80.000	98.307
Dividendos mínimos obrigatórios de 2019	25.941	36.733
Juros sobre capital próprio	-	2.802
IRRF sobre juros sobre capital próprio	-	(420)
Dividendos pagos	<u>(109.305)</u>	<u>(143.076)</u>
Saldo dividendos a pagar 2019	31.930	43.334
Dividendos propostos referente a 2019	28.083	40.473
Dividendos mínimos obrigatórios de 2020	48.844	54.955
Juros sobre capital próprio	-	2.942
IRRF sobre juros sobre capital próprio	-	(351)
Dividendos pagos	<u>(60.013)</u>	<u>(78.398)</u>
Saldo dividendos adicionais a pagar 2020	<u>48.844</u>	<u>62.955</u>

22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e os valores refletidos no resultado do exercício é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	206.629	109.226	315.097	168.780
Alíquota combinada de IRPJ e CSLL (34%)	(70.254)	(37.137)	(107.133)	(57.385)
Adições e exclusões	(1.206)	(149)	12.621	9.619
Resultado de equivalência patrimonial	70.488	37.286	-	-
Incentivos fiscais do imposto de renda	-	-	33.016	26.074
Impostos correntes sobre lucro real	(972)	-	(61.496)	(21.692)
Efeito das controladas optantes pelo lucro presumido	-	-	(1.889)	(2.009)
Total de imposto de renda e contribuição social no resultado	(972)	-	(63.385)	(23.701)

23. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Consolidado	
	2020	2019
Receita de venda de energia	626.829	670.849
Deduções de venda		
PIS	(10.251)	(10.857)
COFINS	(47.219)	(50.015)
ICMS	(39.424)	(37.141)
P&D - Pesquisa e desenvolvimento	(5.364)	(5.716)
Total	524.571	567.120

24. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Custos e despesas com pessoal e administradores	(1)	(9)	(18.766)	(18.095)
Depreciação e amortização	-	-	(44.511)	(45.724)
Custo de utilização do sistema de distribuição	-	-	(27.898)	(25.329)
Custos com manutenção e operação	-	-	(220.760)	(272.804)
Arrendamentos e aluguéis	-	-	(746)	(866)
Custos e despesas com seguros	-	(1)	(2.209)	(2.456)
Despesas com viagens e comunicações	(22)	(35)	(634)	(1.065)
Serviços de terceiros	(3)	(28)	(4.239)	(3.767)
Assessoria e consultoria	(23)	(19)	(23.896)	(13.516)
Tributos	(33)	(119)	(1.768)	(2.174)
Resultado de equivalência patrimonial	207.317	109.664	-	-
Outras despesas (receitas)	(161)	(233)	125.492	521
Total	207.074	109.220	(219.935)	(385.275)
Classificados como:				
Custos de operação e manutenção	-	-	(293.296)	(344.650)
Resultado de equivalência patrimonial	207.317	109.664	-	-
Despesas gerais e administrativas	(243)	(444)	(47.784)	(35.955)
Honorários dos Administradores	-	-	(5.807)	(5.191)
Outras receitas operacionais, líquidas	-	-	126.952	521
Total	207.074	109.220	(219.935)	(385.275)

25. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
<u>Receitas financeiras</u>				
Rendimento de aplicações financeiras	-	-	1.223	4.236
Juros recebidos sobre contrato de mútuo	-	-	6.903	5.385
PIS e COFINS sobre receita financeira	-	-	(925)	(979)
Correção receita financeira leasing - CPC 06 (a)	-	-	18.654	21.153
Receita financeira leasing - CPC 06 (b)	-	-	12.149	3.653
Outras receitas financeiras, líquidas	8	28	5.304	4.328
Subtotal	8	28	43.308	37.776
<u>Despesas financeiras</u>				
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(18.602)	(38.539)
Amortização de custo de captação	-	-	(10.096)	(4.238)
Juros sobre contrato de mútuo	-	-	(297)	(4.345)
Outras despesas financeiras, líquidas	(453)	(22)	(1.963)	(3.767)
Subtotal	(453)	(22)	(30.958)	(50.889)
Variações cambiais líquidas	-	-	(1.889)	48
Total	(445)	6	10.461	(13.065)

- (a) Refere-se ao reconhecimento do ajuste a valor presente sobre o arrendamento mercantil.
- (b) Refere-se à atualização do arrendamento mercantil pelo IGP-M conforme estabelecido em contrato.

26. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas Controladas diretas e indiretas possuíam contratos com as seguintes coberturas de seguros:

	Seguros		
	Riscos nomeados e operacionais de geração e transmissão de energia	Lucros cessantes	Responsabilidade civil geral e de Administradores e Diretores (D&O)
GPE	-	-	15.000
CRJ	-	-	15.000
SFE	-	-	15.000
TEP	-	-	15.000
CEC	492.000	-	15.000
CEP	115.500	-	15.000
AGL	105.935	29.131	15.000
ARE	94.118	21.759	15.000
CEM	260.000	40.000	20.500
Vencimento	2021	2021	2021/2022

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia e suas controladas apresentam exposição a risco advindo de instrumentos financeiros não derivativos. De acordo com as práticas contábeis adotadas, apresentam exposição aos seguintes riscos advindos dos ativos e passivos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

Gestão do capital social - o capital social é dividido em ações ordinárias pertencentes a dois acionistas, representados por uma pessoa jurídica e uma pessoa física. O objetivo principal da administração de capital da Companhia e de suas controladas é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

Estrutura de gerenciamento de risco - a Administração Companhia e de suas controladas tem responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos. As operações estão sujeitas, porém não afetadas, aos fatores de risco abaixo:

Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias dos recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar este risco, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes e acompanhamento das posições em aberto. Apesar de haver concentração de contas a receber e receitas decorrentes de clientes com a Eletrobras e AME, a Companhia e suas controladas entendem que não existem riscos de inadimplência por parte destes clientes. No que tange às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas somente realizam operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de "rating".

Risco de liquidez

Decorre de eventual dificuldade da Companhia e suas controladas cumprirem as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamento à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração da liquidez é garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir suas obrigações que vencerem sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de afetar a reputação da Companhia e suas controladas. A previsão de fluxo de caixa é preparada e são monitoradas as previsões de contínuas exigências de liquidez. Esta previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida e de geração de caixa da Companhia e suas controladas, o que garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período mínimo de 60 (sessenta) dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias externas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

A Companhia e suas controladas possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas ("covenants") normalmente aplicáveis a esses tipos de operação, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas são monitoradas adequadamente e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

Risco de mercado

Decorre de alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preço de ações, que têm nos ganhos da Companhia e suas controladas ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar as exposições a esse tipo de risco, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

Taxa de juros - decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures captados no mercado, ou diminuam a receita financeira relativa às aplicações financeiras. Visando mitigar este tipo de risco, a Companhia e suas controladas vêm negociando os empréstimos e financiamentos correntes com o objetivo de obter taxas de juros de longo prazo condizentes com o retorno esperado do negócio e centralizando seus investimentos em operações com taxa de rentabilidade que acompanham a variação próxima do CDI em certificado de depósito bancário e fundos de renda fixa.

Política de preços (ambiente regulatório) - o contrato de fornecimento de energia elétrica das controladas Areia e Água Limpa foram celebrados no ambiente regulatório, no âmbito do PROINFA com a Eletrobras, e o contrato de arrendamento mercantil da controlada CEM foi celebrado com a AME. A Companhia e suas controladas não possuem proteção para este tipo de risco, mas entendem que qualquer mudança no atual contrato deverá contar com a anuência de ambas as partes.

Quanto à escassez de energia - as controladas da Companhia que geram energia elétrica por meio de PCHs estão sujeitas a período prolongado de escassez de chuva o que reduzirá o volume de água nos reservatórios. Numa situação extrema isso implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios não há expectativa de redução na produção de energia. A fim de mitigar esse risco, as controladas aderiram ao MRE - Mecanismo de Relocação de Energia, que corresponde a um consórcio nacional das geradoras de energia proveniente de fonte hidráulica, que quando um dos consorciados não consegue suprir a energia contratada, o consórcio fornece a energia complementar, assim como o excesso de geração é disponibilizado ao consórcio.

Quanto à escassez de combustível - a controlada CEM gera energia por meio de UTE, que numa situação extrema em que não haja oferta de óleo diesel pelo mercado e requeira a possibilidade de manutenção de um estoque mínimo de combustível pela controlada, implicaria redução de receita e aplicação de multas por parte da Amazonas GT. Considerando as atuais condições de mercado e contratos firmados junto a grandes fornecedores de combustível, não há expectativa de escassez de combustível nem necessidade de redução na produção de energia.

A tabela abaixo analisa os ativos e passivos financeiros não derivativos da Companhia e suas controladas, classificados como custo amortizado, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

		Controladora					
<u>Passivos financeiros</u>	<u>Mensuração contábil</u>	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Dividendos à pagar	Custo amortizado	48.844	-	-	-	-	48.844
Obrigações tributárias	Custo amortizado	282	-	-	-	-	282
Total		49.126	-	-	-	-	49.126

		Consolidado						
<u>Passivos financeiros</u>		2021	2022	2023	2024	2025	2026 em diante	Total
Fornecedores	Custo amortizado	39.369	-	-	-	-	55	39.424
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Custo amortizado	167.483	119.907	65.086	-	-	-	352.476
Dividendos à pagar	Custo amortizado	62.955	-	-	-	-	-	62.955
Obrigações sociais e trabalhistas	Custo amortizado	3.672	-	-	-	-	-	3.672
Obrigações tributárias	Custo amortizado	63.162	900	901	-	-	-	64.963
Outras contas a pagar	Custo amortizado	9.420	-	2.068	-	-	-	11.488
Total		346.061	120.807	68.055	-	-	55	534.978

Análise de sensibilidade de variação nas taxas de juros

Para efeito de análise de sensibilidade e utilizando os saldos de aplicações financeiras, depósitos bancários vinculados, empréstimos e financiamentos, debêntures e contratos de mútuos em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas oferecem o cenário I (provável) a partir das expectativas de mercado para a média na taxa básica de juros em 2020. Na projeção do cenário II (possível), esta média foi reduzida em 25%, e para o cenário III (remoto), em 50%.

Modalidade	Risco	Consolidado		
		Provável I	Possível II 25%	Remoto III 50%
Passivo - Empréstimos e financiamentos				
Empréstimos	Alta da TJLP	(167.540)	(168.422)	(169.303)
Empréstimos	Alta do CDI	(193.749)	(194.768)	(195.787)
			(1.901)	(3.801)
Ativo				
Contratos de mútuo	Baixa do IGP-M	40.522	33.449	33.272
Aplicações financeiras	Baixa do CDI	195.843	194.814	193.781
Depósitos bancários vinculados	Baixa do CDI	16.379	16.292	16.207
			(8.189)	(9.484)
Receita				
Receita de venda	Baixa do IGP-M	646.327	616.006	585.684
Receita de venda	Baixa do IPCA	106.164	105.070	103.975
			(31.415)	(62.832)

* Fonte: Banco Santander

28. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas possuem contratos de longo prazo firmados em montante anual estimado de R\$2.167 (Água Limpa) R\$1.734 (Areia), relacionados com:

- Encargos de transmissão de energia no valor de R\$344 (Água Limpa) e R\$276 (Areia), com vigência até 26 de dezembro de 2031.
- Operação e manutenção das usinas no valor de R\$1.462 (Água Limpa) e R\$1.175 (Areia), com vigência até 31 de outubro de 2020.
- Assessoria e gestão no valor de R\$361 (Água Limpa) e R\$283 (Areia), com vigência indeterminada.

Em 31 de dezembro de 2020, a controlada CEM possuía contratos de longo prazo firmados em montante anual estimado de R\$21.290, relacionados com:

- Taxas de fiscalização da ANEEL de R\$215, com vigência indeterminada.
- Operação e manutenção das usinas de R\$17.805, com vigência até 1º de maio de 2026.
- Logística de abastecimento de óleo de R\$1.484, com vigência indeterminada.
- Serviços gerais de R\$608, com vigência indeterminada.
- Assessoria e gestão de R\$1.178, com vigência indeterminada.

Em 31 de dezembro de 2020, a controlada CEC possuía contratos de longo prazo firmados em montante anual estimado de R\$62.804, relacionados com:

- Encargos de transmissão de energia de R\$19.056, com vigência indeterminada.
- Operação e manutenção das usinas de R\$31.590, com vigência indeterminada.
- Logística de abastecimento de óleo de R\$1.992, com vigência indeterminada.

- Serviços gerais de R\$3.472, com vigência indeterminada.
- Assessoria e gestão de R\$6.694, com vigência indeterminada.

Em 31 de dezembro de 2019, a controlada CEP possuía contratos de longo prazo firmados no montante mensal de R\$1.312, relacionados com:

- Contrato de Uso do Sistema de Distribuição - CUSD (R\$586), com vigência até o fim da autorização de operação das usinas.
- Contrato de Operação e Manutenção e Engenharia (R\$726), com vigência até 1º de janeiro de 2024.

Os contratos da Companhia para aquisição de óleo diesel com a Petrobras Distribuidora S.A. não têm valor fixo, pois só há desembolsos (custo variável) caso ocorra geração/despacho de energia para o sistema elétrico, e têm vigência até 31 de dezembro de 2023.

29. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA E EQUIVALENTES

As principais transações que não afetaram o caixa em estão descritas a seguir:

Exercício de 2020 (Consolidado)

- Compensação de impostos a pagar com impostos a recuperar no montante de R\$2.459 (Água Limpa), R\$1.862 (Areia), R\$15.399 (CEM), R\$29.548 (CEC) e R\$9.123 (CEP).
- Transferência de saldo de impostos a recolher para impostos diferidos R\$1.763 (CEM).
- Aumento de capital no valor de R\$4.150 (CEC) através de recursos de adiantamento para futuro aumento de capital.

Exercício de 2019 (Consolidado)

- Compensação de impostos a pagar com impostos a recuperar no montante de R\$2.566 (Água), R\$1.861 (Areia), R\$12.109 (CEM), R\$33.101 (CEC) e R\$11.989 (CEP).
- Transferência de saldo de impostos a recolher para impostos diferidos R\$1.536 (CEM).
- Reserva de incentivo fiscal sobre ICMS no montante de R\$119 (CEP).
- Reclassificação entre o depósito judicial para imobilizado em função do processo no montante de R\$2.994 (CEP).

30. EVENTO SUBSEQUENTE

Intenção da Petrobras de venda a participação em ativos

A Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras ("Petrobras") está conduzindo um processo competitivo ("Processo") de venda de sua participação em um portfólio de ativos de geração envolvendo a TEP Termoelétrica Potiguar S.A. e a Companhia Energética Manauara. A Petrobras é acionista com 40% das ações da Companhia Energética Manauara, além de ser detentora de 20% das ações da TEP, também acionista da Manauara. O processo está em tramitação por meio de acordo de confidencialidade entre os participantes.